



CÂMARA MUNICIPAL DE **PALMITAL**

ESTADO DE SÃO PAULO

MOÇÃO Nº 66 DE 1º DE JULHO DE 2021

(Do Sr. Homero Marques Filho - Homerinho)

PROTOCOLADO

PROCESSO Nº 404/2021

CM-PALMITAL 01/07/2021

Moção de Apoio ao Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2020, de autoria do Deputado Estadual Carlos Giannazi, que *"Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá outras providências"*.

Apresentamos, nos termos do Regimento Interno, a presente **MOÇÃO DE APOIO** ao Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2020, de autoria do Deputado Estadual Carlos Giannazi, que *"Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá outras providências"*.

A Constituição Estadual, ao realizar o controle concentrado de constitucionalidade para coibir o abuso de poder regulamentar, é categórica ao afirmar que:

"Art. 20 - Compete, exclusivamente, à Assembleia Legislativa:

...

IX - sustar os atos normativos do Poder Executivo que exorbitem do poder regulamentar;"

Nesse sentido, o Deputado Estadual Carlos Giannazi, apresentou o Projeto de Decreto Legislativo nº 22, de 23/06/2020, que *"Susta os efeitos do Decreto nº 65.021, de 19 de junho de 2020, que dispõe sobre a declaração de déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado e dá outras providências"*, para sanar as irregularidades.

Segundo a exposição dos motivos do Projeto de Decreto Legislativo nº 22/2020, o Poder Executivo extrapolou suas competências constitucionais, viciando a legalidade do Decreto.

Ademais, para que o Poder Público declare o déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência do Estado é necessária uma auditoria profunda nas contas do







CÂMARA MUNICIPAL DE
PALMITAL
ESTADO DE SÃO PAULO

Instituto de Previdência, a fim de se atestar tal situação. Esta previsão vem da Lei Complementar nº 1.012/2007, alterada pela Lei Complementar nº 1.354/2020, e, segundo consta, o Decreto Estadual nº 65.021/2020 não apresentou estudo algum.

Pelos vícios apresentados no Decreto Estadual nº 65.021/2020, este Vereador, representante do povo - em especial dos aposentados e pensionistas, que dedicaram a sua vida ao serviço público -, solicita ao Excelentíssimo Senhor Cauê Macris, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo – ALESP -, uma atenção especial ao PDL nº 22/2020 para colocação em pauta com a maior brevidade possível.

Assim, não poderíamos deixar de apresentamos a presente Moção de Apoio e que oportunamente, seja dada ciência desta ao Deputado Estadual Carlos Giannazi.

Plenário Vereador Prof.º Alcides Prado Lacrete, 1º de julho de 2021.

 Emilene Roberta Damini Vereadora	 HOMERO MARQUES FILHO (Homerinho) Vereador	 Dervival Adnei Barela Barela da Ambulância Vereador
 Fabiano José dos Santos Fabiano Policial Presidente	 João Francisco Gonçalves Gil João Gil Vereador	 Tatiane Souza Rogatti Rossini Tati Rogatti 1ª Secretária
EM <u>única</u> DISCUSSÃO E VOTAÇÃO	ENCAMINHAR OFÍCIO	ENCAMINHADO
POR <u>unanimidade</u>	CM-PALMITAL <u>05</u> / <u>07</u> /2021	em <u>07</u> / <u>07</u> /2021
SESSÃO <u>ordinária</u> DE <u>05.07</u> /2021		OFÍCIO Nº <u>194</u> /2021
 FABIANO JOSÉ DOS SANTOS Presidente	 FABIANO JOSÉ DOS SANTOS Presidente	 Leonardo Henrique Viegali Alves Diretor Geral